

O urbanismo destrutivo: sobre a necessária destruição-criadora no processo de produção capitalista do espaço urbano

The destructive urbanism: about the necessary creative destruction on the process of capitalist production of urban space

Thiago Canettiéri

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Pesquisador do Indisciplinar (CNPq-EA/UFMG) e Observatório das Metrôpoles

Resumo

Tendo se tornado uma das principais e mais eficientes formas de absorver capitais sobreacumulados, a urbanização tem se realizado de maneira intensiva e, de maneira geral, apoiada na lógica da destruição-criadora. Neste artigo pretendo argumentar, a partir do caso da gestão recente de Belo Horizonte, a existência de um urbanismo muito específico: o urbanismo destrutivo, que implica a aplicação do regime de acumulação por despossessão para a realização do capital a partir da conexão entre Estado e iniciativa privada. O capital em ato pressupõe o uso da estratégia de destruição criadora do espaço urbano, que não é apenas genética, mas é, necessariamente, estrutural ao movimento do capital, como sendo uma das respostas possíveis para o capital lidar, dentro de sua própria dinâmica, com o processo de desvalorização dos capitais fixos investidos em ambiente construído depois seu período de amortização e diante da pressão de capitais sobreacumulados.

Palavras-Chave: Acumulação por despossessão; destruição-criadora; urbanização; urbanismo destrutivo; Belo Horizonte

Abstract

The urbanization had become the foremost and one of the most efficiently way to absorb over accumulated capital, realizing itself when based on the creative destruction logic. In this paper I intend to argue, starting in the recent case of Belo Horizonte, the existence of a very specific kind of urbanism: the destructive urbanism, that implicates the application of an accumulation by dispossession regime to the realization of capital by the connection between State and the private initiative. The capital in act presupposes the use of a strategy of the creative destruction of urban space, that is not only genetically, but it is, necessarily, structural to the capital movement, described as one of the possibles answers in order to deal, inside its own dynamics, with the process of devaluation of fixed capitals invested on constructed environment after their amortization period and fronting de pressure of capitals over accumulated.

Keywords: Accumulation by dispossession; creative destruction; urbanization; destructive urbanism; Belo Horizonte

1. INTRODUÇÃO

A urbanização, como argumenta Harvey (2011; 2012), se tornou uma das formas mais eficientes de absorver capitais ociosos que estavam estacionados em outras escalas e esferas. Mas essa produção só ocorre com a constante reinvenção da organização e estruturação das paisagens urbanas de acordo com seus interesses sempre buscando atualizar as formas da acumulação a partir da destruição das antigas. Neste artigo, objetivo discutir sobre a existência de um processo de

destruição-criativa que orienta o tipo de concepção de urbanismo que predomina na sociedade contemporânea, tomando como campo empírico o caso recente do município de Belo Horizonte. Através de alguns exemplos desta dinâmica em Belo Horizonte e, com isso, pretendo discutir a ideia de um urbanismo destrutivo como paradigma da produção capitalista do espaço urbano.

Para a construção deste argumento é necessário lembrar que o capital é, antes de tudo, um processo. Um processo em que determinado valor se valoriza, e não uma coisa estática (muito confundindo com o dinheiro embora seja uma de suas formas). Enquanto processo, o capital deve estar em constante circulação para manter o processo de acumulação (MARX, 2013). Como o processo de reprodução do capital é essencialmente contraditório, ou seja, ele reproduz, em escalas cada vez maiores, os seus antagonismos internos, e eventualmente se depara com as crises que correspondem a desvalorização do capital. Por mais que possa parecer contrassenso, já que capital foi descrito como valorização do valor, o processo de desvalorização está inscrito na própria circulação do capital. Ou como Marx (2013) descreve de maneira dialética, a desvalorização é sua contradição interna, parte constituinte do todo. Harvey (2013, p.269) refere a esse momento dizendo que, “se o valor for interpretado como trabalho humano em seu aspecto social no capitalismo, então o não-valor pode ser descrito como trabalho humano que perdeu seu significado social devido a processos que são também específicos do capitalismo”.

Assim, as crises não são um mal funcionamento do capital, mas elemento intrínseco ao seu processo de reprodução ampliada. A acumulação não pode prescindir das crises. São os dois lados de uma mesma moeda, a crise é, como expõem Grespan (2011), o negativo do capital. As crises servem, sobretudo, como meio para racionalizar as irracionalidades da acumulação. São as oportunidades para redefinir o significado social da aplicação das matérias produzidas pelo trabalho humano.

Essa talvez seja uma das mais importantes contribuições do pensamento marxista sobre o capitalismo. Na crítica da economia política de Marx (2013) se constrói a ideia de que toda crise é uma crise de superprodução, endógena ao próprio capitalismo. Matérias em excesso que acabam criando trabalho humano em excesso e perdendo seu significado social. Diferentemente da concepção liberal que pressupõem que, se o funcionamento do livre mercado realmente ocorresse não haveria crise e que, nesta concepção, toda crise seria derivada de elementos externos ao capital (como a intervenção estatal, por exemplo). Marx (2013) parte da separação do capital-trabalho como momento fundamental do capitalismo. O capital, tende sempre a concentração baseado na exploração do trabalho. Portanto existe um constante fluxo de valor dos trabalhadores para os donos do capital. Esse fluxo gera mais oferta que demanda e, portanto, acarreta nas crises de superprodução.

A teoria das crises do capital, aparece na obra marxiana dividida em três cortes (HARVEY, 2013; BOTELHO, 2014). Um primeiro indica que a organização da força de trabalho e a escassez de mão de obra acabariam por reduzir a taxa de acumulação até o ponto de crise do capitalismo. O

segundo procura enxergar a deficiência da demanda efetiva ou o subconsumo como problema fundamental pois, por definição, os trabalhadores consomem menos valor do que produzem. E um terceiro corte indica a teoria da queda tendencial da taxa de lucro médio se baseando na ideia da busca competitiva por inovações para a produção e desloca a mão-de-obra do setor produtivo. Todavia, como indica Harvey (2013), cada uma dessas teorias revela algo de importante sobre a dinâmica contraditória do capitalismo, mas são manifestações superficiais da tendência a superacumulação que, segundo o autor, é o limite próprio do capitalismo¹. O próprio Marx (2014, p.528) já vai descrever a sobreprodução e superacumulação como os “fenômenos básicos das crises”.

Various circumstances that can slow down or disrupt the continuity of capital flow, and thereby produce a crisis, are expressions of overaccumulation – defined as excess of capital in relation to opportunities to employ that capital profitably or excess of labor power. As neither capital nor labor can be absorbed, this leads to falling profits and slacking investment, and, eventually, crisis. (HOLGERSEN, 2014, p.692)

O capitalismo, segundo Harvey (2013), surge de excedentes acumulados pela pilhagem do resto do mundo desde o século XVI. A forma industrial do capitalismo, do final do século XVIII absorve esses excedentes ao mesmo tempo que os expandiu. Assim, segundo o autor o capitalismo teria uma tendência inerente de produzir capital sobre acumulado que acaba ficando ocioso e, portanto, não entrando na dinâmica de valorização do valor. A produção dentro do sistema capitalista tende a exceder a capacidade de venda das mercadorias produzidas, criando barreiras inerentes ao funcionamento interno do capitalismo para realizar os valores produzidos (HOLGERSEN, 2014). Assim, surgem as crises, como momento de desvalorização e destruição dos excedentes de capital que não podem ser lucrativamente absorvidos.

Esse excedente de capital pode assumir várias formas: pode haver abundância de mercadorias no mercado, ou excesso de dinheiro e crédito. Pode aparecer como capacidade produtiva não mobilizada ou excesso de capital investido em determinados setores. Assim, Harvey (2015; 2012; 2011) vai alocar o processo de urbanização como central neste processo, bem como a expansão do neoliberalismo. Segundo o autor a saída para as crises inerentes ao modo de produção capitalista está na produção de ambiente construído, onde capital ocioso pode ser investido na produção com longos períodos de amortização e transformado em ativos através da evolução das instituições e das formas de propriedade.

Com isso o ambiente construído das cidades, esse tipo de capital fixo, se tornou um dos principais estabilizadores da economia capitalista. Para entender então, é necessário entender a circulação de capital fixo, que se encontra detalhadamente explorado na obra *Os Limites do Capital* de Harvey (2013). Interessa aqui destacar, como fez Marx (2011; 2013) no terceiro capítulo dos

¹ Para uma referência mais aprofundada sobre a teoria das crises de Harvey (2013), verificar o texto de Botelho (2014).

Grundrisse e também no segundo tomo d'*O Capital*, que o capital fixo continua a circular como valor enquanto permanece materialmente confinado dentro dos limites do processo de produção. As estruturas do capital fixo transferem seu valor para os produtos e também sofrem desvalorização. Ou seja, o valor de uso do ambiente construído depende do quanto de mais-valor é possível gerar.

Todavia, ao longo da história, esses investimentos acabam também sendo desvalorizados e o capital continua com sua emergência de investir capital sobreacumulado. A única saída tem sido reproduzir a lógica da destruição-criadora². Enquanto expressão das contradições internas do capital, a destruição-criadora da desvalorização violenta do valor pode apenas “solucionar” temporariamente uma crise, mas não é possível dissolver as contradições que as geraram, apenas adiando ou mudando de lugar a crise. É nesse sentido que é possível entender o movimento das crises e a necessidade de criar mecanismos de destruição para a posterior criação.

Assim, é necessário entender a crise como um desses mecanismos, que apresenta de maneira clara a necessidade do regime de acumulação em abrir novos espaços para que ocorram novas rodadas do circuito do capital. Como afirma Marx (2011, p.627):

A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior da produção social. (MARX, 2011, p.627)

É nessa dinâmica que capital e estado abrem espaços na cidade para serem alvo de novos investimentos e permitir acumular cada vez mais. Para esse processo, Harvey (2011) passa a se referir na existência de uma acumulação por despossessão.

2. VIOLÊNCIA E O CIRCUITO DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSESSÃO

Marx (2013) analisando o trabalho de Adam Smith destacou a existência de uma acumulação primitiva do capital, que ocorre através da apropriação, à força, de parte das riquezas a fim de iniciar o circuito do capital. Assim, O nascimento e a perpetuação do capital foram possíveis, segundo Marx (2013, p.151), apenas ao serem “escritas em letras de sangue e fogo”. A análise da descrição que Marx (2013) realiza referente a acumulação primitiva revela uma série de processos que convergem à um ponto comum: 1) A mercadificação e a privatização; 2) expulsão violenta de populações 3) conversão de várias formas de direito de propriedade em direitos exclusivos de propriedade privada; 4) a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; 5) a mercadificação da força de trabalho;

² A ideia de destruição-criadora foi primeiramente desenvolvida por Joseph Schumpeter a partir de sua leitura da obra de Marx (HOLGERSEN, 2014), embora elementos centrais já estejam de alguma maneira presente de maneira explícita nos textos marxianos (HARVEY, 2011).

6) processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos; 7) monetização da troca; 8) mão-de-obra escrava; 9) a usura; 10) a dívida nacional. A origem do capitalismo teve que ser violenta para que se iniciasse a acumulação. Essa fase da espoliação capitalista, Marx (2013) considera já ter sido superada, ao longo do processo de colonialismo e do escravismo.

Foi Rosa Luxemburgo (1988) em sua obra sobre *A acumulação do capital* que apontou uma distinção no regime de acumulação: aquela realizada pela exploração da mão de obra ativa na produção e a acumulação, derivada daquela descrita por Marx (2013) como originária, baseada na força, na predação e pilhagem. Marx (2013) relegou esta última forma à uma ‘pré-história’ do capitalismo, mas para Luxemburgo (1988) e Harvey (2013) os dois aspectos da acumulação estão organicamente vinculados e são, necessariamente, contínuos. Harvey (2004) trata que a atividade violenta foi internalizada no capitalismo como parte de um processo de acumulação por despossessão, como momento fundamental para a organização neoliberal da produção e as formas contemporâneas do capitalismo. Esse regime é baseado, sobretudo, na aplicação da violência direta para garantir que as engrenagens da valorização de capital não cessem de girar.

Dessa forma, a história da acumulação por despossessão não deixou de existir, mas se tornou um expediente necessário, constantemente atualizado, que se presta a garantir a continua efetivação dos processos de destruição criadora, que permite racionalizar as irracionalidades do sistema. E, como tal, não possui apenas papel genético, mas ocupa uma dimensão estrutural da dinâmica capitalista, dos cercamentos originários à atualidade. Esses apontamentos, de certa forma, já estavam indicados na própria obra do Marx (2013), ainda que ele não desse o nome de despossessão violenta das classes trabalhadoras. Por exemplo, ele destaca que, os capitalistas adotam constantemente estratégias de desvalorização da força de trabalho, aumentando o lucro pela exploração do trabalho, seja aumentando o tempo de trabalho ou reduzindo o custo de reprodução. Mas, também adotam uma outra estratégia: a desvalorização de parcelas do capital, principalmente o capital fixo, que são reciclados com lucros no circuito de circulação do capital sobreacumulado. E, mais precisamente essa segunda estratégia, que devo focar aqui.

Este processo de acumulação por despossessão, ocorre de modo, muitas vezes, amparado por aparelhos legais. Harvey (2004, p.77) destaca: “O Estado com o monopólio da violência física e definições de legalidade cumpre essencial papel nos processos de acumulação por espoliação”. Ou seja, o papel do Estado na acumulação por despossessão é central, garantindo a própria existência deste processo. Como lembra Harvey (2013, p.21), “[...] se algo como o Estado não existisse, os capitalistas teriam de cria-los. Mas além desta dimensão existe ações realizadas que são ilegais, como a aplicação desigual de leis ou abusos de poder (econômico e/ou político, muitas vezes apoiado pela estrutura do Estado). Dessa forma, fica claro perceber a interconexão, parasitária, do Estado e capital

que agem de forma violenta para perpetuar o modo de produção capitalista através da despossessão cada vez maior, das classes trabalhadoras.

Nesse sentido é que David Harvey (2012, p.57) adverte: “The economy of dispossession of vulnerable population is as active as it is perpetual.” A acumulação que acontece pela despossessão deve acontecer, em geral, contra as populações já vulneráveis, exatamente para permitir o maior acúmulo pela classe dos capitalistas. Assim, essa economia da despossessão se reproduz, no tempo e no espaço, para manter ativa a circulação de capital. Servem como abertura de espaço para ocorrer a acumulação.

Por isso é necessário reconhecer: A acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. Ela faz parte do próprio mecanismo de reprodução ampliada do capital, em especial nos países dependentes, seria justo acrescentar.

É nesse sentido que Holgersen (2012) vai reconhecer a acumulação por despossessão como uma “contratendência” que impede, atrasa, ou até mesmo paralisa a queda tendencial da taxa de lucro dos capitalistas. Essa estratégia é um mecanismo de forçar a despossessão para abrir espaço à acumulação em momentos de desvalorização do capital. Seja por meio do aumento da exploração sobre o trabalhador, ou seja, com a destruição de capital fixo desvalorizado.

A urbanização como estratégia de sobrevivência do capital acaba por internalizar essa lógica da acumulação por despossessão e se torna, talvez, um de seus exemplos mais significante. A violenta despossessão dos espaços das cidades pertencentes às classes trabalhadoras é uma forma de continuar abrindo caminho para acontecer a reprodução ampliada. A destruição-criadora acontece nos espaços da cidade, mas sempre orientada, por óbvio, a atender necessidades do capital. Esse processo em curso nas cidades capitalistas que garantem a sobrevivência do capital. A lógica predominante, de extração das riquezas, implica em uma urbanização baseada intensamente na despossessão das classes trabalhadoras que significa ganhos para a classe capitalista em vários setores e escalas.

Esses mecanismos podem ser relacionados aos outros que, em curso nas cidades capitalistas contemporâneas, garantem sobrevivência ao capital.

A privatização e mercantilização da cidade é, como analisado por Berzofky (2012), algo próximo ao cercamento dos campos na Inglaterra do século XVIII. A autora se refere a isso de “*new enclosures*” que ocorrem na economia neoliberal globalizada atuando nas cidades de todo o mundo. A cidade então é colocada em uma perspectiva central para a acumulação de capital, sendo que essa desapropriação acontece, de muitas vezes, de forma violenta. Martins (2009) destaca a violência intrínseca a esse processo de reestruturação das realidades urbanas que, desde o século XIX atuam a fim de garantir o monopólio de capital sobre a cidade. Davis (2006, p.102) destaca “a violência do Estado na mercadorização da terra” já que é frequente observar tanto a ação policial como uso indiscriminado de tratores para abrir novos caminhos para a atuação do mercado na cidade.

3. A DESTRUIÇÃO-CRIADORA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BELO HORIZONTE

Dessa forma, a crise de superacumulação obriga os vários capitais a investirem na saída mais lucrativa que tem sido o investimento em capital fixo para produzir ambiente construído (HARVEY, 2012). No entanto, esse investimento não está imune a desvalorização dessas estruturas seja pelo desenvolvimento tecnológico, seja pela atualização de lógicas de produção do espaço. Aí surge no contexto urbano a figura da destruição criadora como mecanismo de perpetuar a acumulação. O próprio capital destrói e reconfigura estruturas econômicas bem como também, incessantemente, desvaloriza investimentos para abrir espaço para a criação (e acumulação) de novas riquezas em escalas maiores.

Nesse contexto contemporâneo referente a produção capitalista do espaço urbano que se insere a gestão do município de Belo Horizonte. Sob a gestão do prefeito Marcio Lacerda (2008-2016) a cidade experimentou uma intensificação destes processos na produção do espaço. Através dos seus dois mandatos, o prefeito do Partido Socialista Brasileiro (PSB) organizou uma gestão empresarial da cidade, contando com sua experiência de empresário do ramo das telecomunicações implementou na cidade medidas para satisfazer interesses do setor privado (RENA, 2013) que significaram a aplicação da lógica da destruição-criadora.

Para os fins deste texto selecionei dois exemplos recentes de Belo Horizonte, sendo dois mais específicos: 1) o conflito sócio-político na região Granja Werneck; 2) a construção da Via-710. Por fim, traço uma análise mais geral, indicando a necessidade de o capital atuar despossuindo parte da população para abrir espaço aos seus investimentos, na lógica do que chamarei de 'urbanismo destrutivo'.

O empreendimento da Granja Werneck, no município de Belo Horizonte, dentro da região do Isidoro, regulamentado urbanisticamente pela Operação Urbana Específica (lei 10.705/2014) foi planejado para a construção de 8.887 unidades habitacionais, pela Empresa Direcional Engenharia S.A. em parceria com os gabinetes de planejamento urbano da Prefeitura de Belo Horizonte.

O valor geral da obra, contando com o financiamento do programa federal, é de R\$ 756.160.000,00 e contemplará, segundo informações do contrato, desde os valores de compra do imóvel, produção do empreendimento, tributos, seguros, despesas de legalização, IPTU, Projeto, Trabalho Social e a guarda e conservação do empreendimento. Conforme informação do contrato, a prefeitura de Belo Horizonte, contribui para o valor global do empreendimento com mais de R\$177.920.000,00, o que equivale a quase 20 mil reais por unidade habitacional. Não consta no contrato qual é a fonte dos recursos, mas tudo indica que é da própria arrecadação tributária municipal. Somando os dois aportes, do Governo Federal, em grande advindo do Orçamento Geral da União, através do fundo FAR, operado pelo banco público Caixa Econômica Federal, mais o aporte da prefeitura de Belo Horizonte, o valor geral do empreendimento chega em 934.080.000,00 milhões de reais, quase um bilhão de reais.

É difícil calcular as taxas de lucro de um empreendimento como este que seria posto a serviço aos acionistas da empresa. O produto é complexo e não está completamente explicitado quais serão as competências do empreendedor no processo de produção do parcelamento do solo, na produção das vias internas de circulação, da estrutura urbana e outros equipamentos públicos previstos em lei para a área.

A questão é que, para a efetivação deste vultoso investimento na produção de ambiente construído, é necessária a remoção de três grandes ocupações de sem-teto, Vitória, Rosa Leão e Esperança, que ficaram conhecidas como ocupações da Izidora. As ocupações ocupam a área do empreendimento, por mais que sua própria existência possa ser interpretada como funcional ao capital, como é desenvolvido por Maricato (2003) ou Oliveira (2006), devem ser removidas para dar lugar ao circuito de reprodução ampliada do capital, muitas das vezes utilizando dinheiro do Estado.

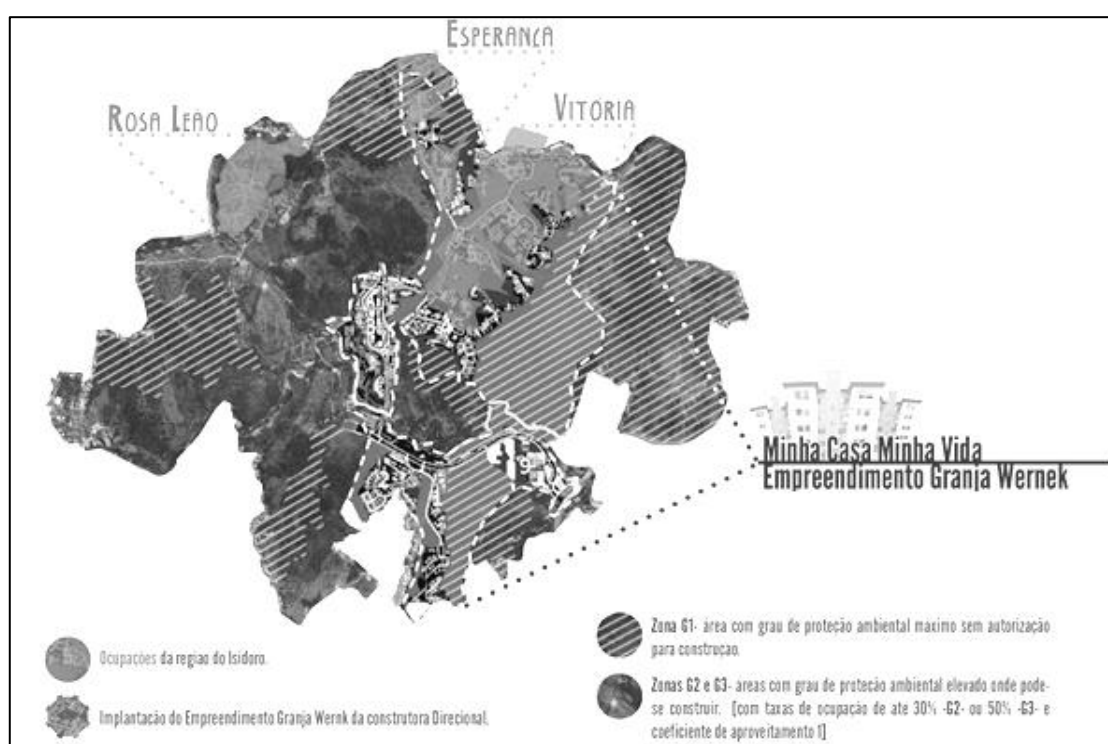


Figura 1 - Mapa com as ocupações urbanas e o empreendimento MCMV
Fonte: Indisciplinar, (2015)

Assim o conflito fundiário da região do Isidoro adquire esses contornos sócio-políticos: por um lado ocupações de família de sem-teto, majoritariamente de baixa renda, organizados e em articulação com outros atores sócio-políticos da cidade (movimentos sociais e agentes da universidade) defendendo a permanência e consolidação das três ocupações, com base no discurso da atribuição de função social aos imóveis até então ociosos e pela defesa do direito fundamental à moradia, contra as violações que uma ação de reintegração sem alternativa representaria (BIZZOTO, 2015).

E por outro um empreendimento planejado pela Direcional Engenharia S.A, em parceria com a administração política de Belo Horizonte, através do programa federal Minha Casa Minha Vida,

envolvendo também a proprietária da área, outra empresa de capital aberto, a Granja Werneck S.A., em busca de uma ocupação formal da área, pelo mercado imobiliário e pelos projetos organizados pelo Estado, garantindo a reprodução ampliada do capital e lucros extraordinários, mas articulando o discurso da necessidade de garantia de um direito, o da moradia e de combate a um grave problema social, o altíssimo déficit habitacional da cidade.

O conflito se delineou publicamente desta forma desde 2014, à medida que as ocupações de terras se desenvolviam e suas primeiras estruturas iam sendo autoproduzidas por seus moradores - vias internas, parcelamento do solo, barracos de lona, casas de alvenaria e etc. Ao longo dos dois últimos anos, se fez uma longa trajetória político institucional de tratamento e mediação deste conflito, envolvendo tentativas de reintegração de posse pelas forças de segurança pública, um percurso jurídico envolvendo um número relevante de decisões judiciais em diferentes instâncias, pros e contra a desocupação da área e outro número significativo de atos e manifestações políticas por parte dos movimentos sociais (BIZZOTO, 2015).

Até a presente data o conflito se estende já que o investimento que favorece a reprodução do capital via empreendimento só pode ocorrer com a remoção violenta dessas famílias, o que significa uma forma de despossessão que se liga diretamente com a acumulação, como indicado por Harvey (2011; 2012).

Outro caso emblemático é o processo de construção da via 710, em Belo Horizonte, pela prefeitura que desde 2009, ao anunciar o projeto vem criando um discurso estratégico para a efetivação deste. A obra da Via 710 está sendo executada pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, com investimento de R\$ 71 milhões provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PBH, 2010).

Este sistema viário promoverá o acesso entre duas regiões da capital e tem seu início na Avenida dos Andradas, principal corredor radial da região Leste, e finda na Avenida Cristiano Machado, no principal corredor da região Nordeste. Será um corredor viário de alta capacidade ligando dois pontos do município sem passagem pelo centro permitindo deslocamentos que não impactarão a área central da cidade especialmente em dias de eventos.

O escopo da obra consta de:

- Implantação de via com quatro faixas de rolamento por sentido, com ciclovia, passeios, canteiro central e sinalização vertical e horizontal;
- Construção de passagem em trincheira nas proximidades da avenida Contagem com as ruas Gustavo da Silveira e Conceição do Pará;
- Alargamento e construção de passarela de pedestres em pré-moldado, anexo ao viaduto da rua Minduri;

- Construção de viadutos, alças de acesso e passarelas de pedestres no cruzamento da Via 710 com avenida José Cândido da Silveira;
- Construção do viaduto da rua Bolivar sobre a linha do metrô, Via 710 e ruas Lauro Gomes Vidal e Arthur de Sá, ligando os bairros União e Dom Joaquim;
- Construção de túnel em método não destrutivo, para implantação da rede de drenagem;
- Implantação de paisagismo e sistema de irrigação;
- Recuperação de pavimento asfáltico, inclusive reforço do subleito, e alargamento de pista;
- Construção de galeria celular em concreto armado;
- Implantação de rede de drenagem em tubo de concreto armado;
- Implantação de contenções em cortina atirantada e em terra armada;
- Recuperação de pavimento asfáltico nas vias utilizadas para desvio de tráfego;
- Prolongamento da passarela na rua Quaquerema.

Para a efetivação deste amplo investimento em estrutura viária é necessário ser acompanhada de um processo de desapropriações e remoções forçadas. Em entrevista ao jornal *O Tempo* (2016), o responsável pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital, Humberto Abreu, afirmou: “A expectativa era desapropriar 211 imóveis, mas esse número subiu para 220 por necessidades visualizadas durante a obra. Para este fim a própria prefeitura (2010) disponibiliza a verba de outros R\$ 150 milhões, para que se possa viabilizar a construção.

Como exemplo, basta observar a imagem a seguir que demonstra como uma nova alça deste complexo viário se estende sobre uma parte do bairro União e da Vila Arthur e Sá, implicando na necessidade de remover essas famílias para receber as obras previstas.



Figura 2 - Imagem de satélite sobreposta com parte do projeto da via 710
Fonte: Borsagli, 2016

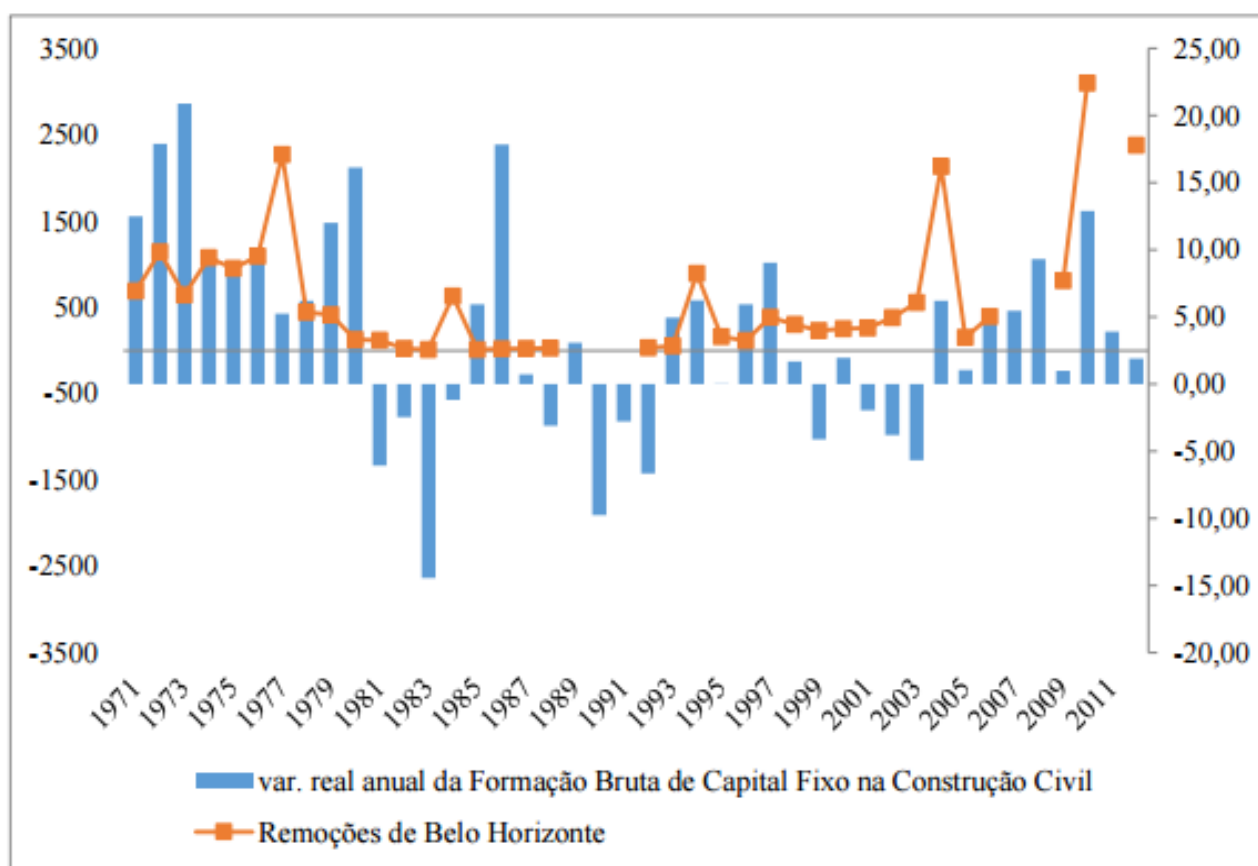
A aproximação com o caso anterior é clara: é necessário abrir espaço para que o investimento do capital aconteça e isso só é possível removendo o que já havia sido construído no local.

Diante deste processo é clara a ligação das remoções ao processo de acumulação, consolidando a desposseção das classes trabalhadoras. Essa estratégia é o expediente usado muitas

vezes para conseguir abrir espaço na cidade para receber novas rodadas de investimentos do capital a partir do momento que aquele capital fixo já instalado já está desvalorizado e precisa ser atualizado, recebendo pressão dos capitais sobre acumulados para dar início ao processo de destruição criadora.

Aparecendo nas notícias com o eufemismo de “deslocamento forçados”, as remoções passam a representar uma prática frequente da articulação Estado-capital na produção do espaço urbano contemporâneo. Com isso, se torna imperioso localizar a importância deste processo dentro da trama de interesses da acumulação de capital. Neste sentido, o gráfico à seguir ilustra esses interesses ao apresentar a relação existente entre a variação real anual de formação bruta de capital fixo na construção civil em Belo Horizonte e o número de domicílios que foram removidos pelo poder municipal.

Gráfico 01: Variação real anual de formação bruta de capital fixo na construção Civil em Belo Horizonte e número de domicílios removidos em Belo Horizonte (1971-2012)



Fonte: IPEA, 2012 e Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Os períodos em que se observam grandes variações positivas na formação bruta de capital na construção civil são principalmente os períodos de maior impulsão da economia, como a década de 1970, momento do milagre econômica brasileiro; a primeira metade da década de 1990; e a partir de 2005 com o governo Lula. Os períodos com variação negativa representam, também um movimento macroeconômico de momentos de crise, como a década de 1980 e o começo do século XXI e o

decorrente da crise de 2008. Corrobora-se então com o argumento construído por Harvey (2013) de que as crises são decorrentes da sobreacumulação de capital e que, portanto, parte desse capital passa a ficar ocioso. No caso específico do capital fixo na construção civil isso fica ainda mais claro, pois implica em aumentar ou diminuir os números de construções.

Observa-se no gráfico, então, que existe um padrão de correspondência da formação de capital bruto na construção civil e as remoções realizadas. Em períodos em que ocorre a queda da variação anual de formação de capital na construção civil, inclusive alcançando valores negativos, tem-se os principais picos referentes à remoções de domicílios em Belo Horizonte. Em 1977 houveram 2.270 famílias removidas, em um momento corresponde à queda da variação da formação de capital quando comparada com os anos anteriores. Em seguida, tem-se o aumento da formação do capital bruto. Isso se repete entre 1984 e 1988, quando mais de seiscentas famílias foram removidas em um período de quatro anos com variação de formação de capital negativa para, no ano seguinte, ser positiva. Outro importante momento de remoções ocorre em 2004, quando 2.133 famílias foram removidas e, também em 2010, com a remoção de 3.100 família.

Esses períodos estão relacionados com a necessidade de abrir espaços para o capital da construção atuar. Ao remover essa população, é possível que o capital se aproprie do espaço, que antes era ocupado por famílias de trabalhadores, para que possa receber investimentos e, conseqüentemente, mover a engrenagem da acumulação. Portanto, essas remoções são decorrentes da busca pelo lucro dos capitalistas. Como explica Holgersen (2014, pp.-695-696): “Destruction and new booms do not just recur, but also tend to do so in cyclical movements. As capital devalues, capitalism starts a new one.”

O que é necessário deixar claro neste momento é que essas remoções são, em larga medida, justificadas a partir de projetos de urbanismo, prática inaugurada pelo Barão de Haussmann na Paris da metade do século XIX³ e reproduzidas de Nova York à Baltimore, de Buenos Aires à São Paulo⁴. Essa forma de produção do espaço se tornou o paradigma vigente da organização territorial e de suas atualizações sob o regime capitalista, o que indica uma violência intrínseca ao processo de reprodução do capital.

³ Não convém entrar na discussão do caso de Paris neste artigo. David Harvey (2015) faz uma imensa pesquisa documental sobre esse processo.

⁴ Especificamente para o caso de São Paulo, ver Canetti (2016).

4. URBANISMO DESTRUTIVO

O que vim descrevendo até aqui a partir dos exemplos para Belo Horizonte e cotejados por outros momentos históricos pode ser representado por uma espécie de continuidade no processo de produção capitalista do espaço urbano contemporâneo. As obras de produção do ambiente construído são formas de mobilizar a absorção de capital inativo que conta com a fiel presença do estado, muitas vezes como credor nos investimentos mais arriscado permitindo obras com retornos e liquidez bem superiores. Isso gera uma crise fiscal no Estado que pode ser resolvida pela intensificação do arrecadamento e/ou pelo aumento das privatizações. Ambas apontam a sempre presente necessidade de se ter novas obras, todavia, neste momento, se torna necessário abrir espaço que fora ocupado nas primeiras rodadas de acumulação, muitas vezes realizando a expulsão violenta da classe trabalhadora.

Nesse sentido a ação do capital sobre o espaço – ou melhor, a ação das frações de classes que orientam a reprodução da cidade a partir do imperativo do capital –, só é possível se mediada por uma destruição intrínseca, mais até do que a própria construção. A produção do espaço, para o capital é a preservação da taxa de lucro, absorvendo capitais excedentes; para o trabalhador é a sua deterioração nesta condição, renovando a extração da mais valia absoluta a partir da acumulação por despossessão.

Só assim é possível entender a prática criada no final do século XIX que ficou conhecida como urbanismo para a ação orquestrada e planejada sobre o espaço das cidades, se desenvolvendo como uma ciência, se afirmando como neutra⁵. Datam deste momento os primeiros inquéritos sanitários e as leis de desapropriações que terminam por justificar a intervenção nas cidades, o que levou, como chamou Benevolo (1981), à instauração da “urbanística moderna”. O urbanismo se tornou uma ferramenta para a regulamentação e a administração do espaço construído com o objetivo de atender os imperativos do capital. As intervenções urbanas propostas, muitas das vezes, não ocorrem sobre um espaço vazio, mas implicam a destruição, física ou simbólica, de uma série de práticas e de estruturas que já existiam, ou seja, implicam em grande alteração na cidade. Através do planejamento urbano e das grandes obras desenvolvidas, o poder público e o poder econômico conseguem reorganizar a cidade. A partir do fechamento e/ou abertura de novas vias, o alargamento, a construção de um grande empreendimento ou a demolição de um outro, a mudança no zoneamento e todas as outras obras de intervenção urbana possuem impacto direto na produção da vida na cidade.

⁵ Como aponta Lefebvre (2009, p.137), a urbanística “pretende domina e submeter à sua ordem o processo de urbanização, assim como a prática urbana.” Assim, deve-se ter em mente o caráter do urbanismo como uma estratégia (de classe) para exercer poder na sociedade. Através da ordenação física do ambiente material da cidade é possível exercer o poder de subjugação dos grupos não-dominantes. A maior parte destas iniciativas, mesmo as aparentemente mais técnicas, possuem um fundo ideológico facilmente reconhecível. “A cultura urbanística, isolada do debate político configura-se cada vez mais como uma simples técnica ao serviço do poder constituído; mas não se torna por isso politicamente neutra, caindo sim no âmbito da nova ideologia conservadora em formação precisamente nesses anos [segunda metade do século XIX], do bonapartismo em França, dos grupos tories inovadores na Inglaterra, do imperialismo bismarckiano na Alemanha” (BENEVOLO, 1981, p.10)

Isso acabou por ficar conhecido como haussmannização, se remetendo as práticas do ‘artista-demolidor’ como o próprio Haussmann se proclamava. Com isso, ele inaugurava na Paris de 1853 um ‘novo conceito de urbanismo comercial’ (HARVEY, 2015).

Esse processo acaba produzindo as condições para o reinvestimento produtivo de capitais e de trabalho excedentes, permitindo igualmente que as infraestruturas físicas e sociais erguidas encorajassem os agentes que atuavam na produção do espaço pela e para a urbanização vissem nessas cidades uma promissora frente de valorização de seus capitais (MARTINS, 1999).

Dessa maneira, o território da cidade se tornou objeto de planejamento submetido ao pensamento dominante, orientado a atingir um único objetivo: manter o regime de acumulação. Parece, como lembra Jacobs (2000), que os urbanistas muitas vezes reproduzem para as cidades a mesma panaceia que os físicos medievais receitavam a seus pacientes: as sangrias. Fazem a cidade sangrar com as obras sob as estruturas existente, exatamente porque essa é a única forma de satisfazer a necessidade imposta pela reprodução do capital.

Marshal Berman (1986) recupera a imagem d’*O Fausto*, de Goethe, que encarna o próprio espírito que mobiliza um processo modernizador do espaço à sua volta, levada a cabo a qualquer custo para descrever a expansão contraditória do capitalismo, que se aplica muito bem ao caso da urbanização baseada na destruição criadora. Todos aqueles que estão no caminho do progresso mobilizado por Fausto devem ser destruídos, o que o torna uma representativa metáfora do espírito da destruição-criadora própria da expansão capitalista.

A criação do progresso capitalista só se realiza pela destruição das formas que ele próprio criou em um constante processo de renovação violenta. E é nesse processo que a urbanização contemporânea se assenta, em uma infundável reprodução da acumulação por desposseção.

Mas é claro que a desposseção possui um recorte de classe e incide sobre as classes trabalhadoras, em especial aquelas mais vulneráveis e precarizadas. Essa característica já vinha sendo apontada desde os escritos de Marx e Engels ao analisarem as condições de vida dos trabalhadores europeus no momento da revolução industrial. Como afirma Harvey (2012, p.6): “the savage dispossessions characteristic of what Marx and Engels referred to as the secondary forms of exploitation visited the working classes in their living places”. Com isso é possível entender a intenção de Marx (2013) ao terminar o primeiro livro *d’O Capital* exatamente com a violência entre as classes: “A violência de classes é o fim do primeiro livro de *O Capital*, fim que, na verdade, é o princípio [*Grund*]” (BENOIT, 1996, p. 39).

No processo de realização do capital, em sua reprodução ampliada, a sociedade é levada, necessariamente à momentos de crise. São os momentos de racionalizar as irracionalidades do movimento de acumulação, mas são, também, os momentos de aberturas, com as crises, de novas oportunidades de investimento.

O *crash* racionaliza e reestrutura a produção de modo a eliminar elementos estranhos – tanto velhos quanto novos. Também disciplina todos os outros aspectos da vida social para as exigências da classe capitalista. Este é o momento [de crise] para a inovação *imposta pela classe*. (HARVEY, 2013, p.423).

Acontece que, no ambiente urbano, é de enorme interesse as oportunidades de investimento em cima de estruturas já existente, pois aquilo que havia sido investido já se encontra desvalorizado e é imperioso receber no espaço novos investimentos. Assim, a destruição criativa garante os ganhos efetivos do investimento da urbanização.

A solução capitalista para as crises implica na destruição e desvalorização de capital, portanto, esclarece Holgersen (2012), essa solução só se realiza como custo para determinada classe – e, dada a relação de poder, em geral, não atinge aqueles ligados ao movimento do grande capital. Com a massiva desvalorização de capital e a destruição de antigos ambientes construídos acaba-se gerando um impacto muito grande na vida de quem dependia dessas estruturas. Essa estratégia permite destruir capitais até restaurar a rentabilidade dos investimentos, em geral, contribuindo para a concentração do capital e a formação de monopólios.

A reorganização do ambiente construído é um elemento estrutural fundante da reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2013, 2012). A destruição criativa se torna necessária para absorver os excedentes de capital. A explicação do mecanismo da crise por superprodução indica a saída necessária do capital na produção do espaço urbano: a redefinição da paisagem à golpes de cutelo, como costumava se referir o próprio Moses à sua ação. A sobrevivência do capitalismo, segundo Lefebvre (1981), está ligada à sua capacidade de produzir espaço, impondo seus imperativos e suas lógicas próprias: o capital produz o espaço à sua imagem e semelhança e o urbanismo destrutivo é a forma de se efetivar isso. Se o capital é um processo de valorização do valor que carrega em seu próprio movimento o momento da desvalorização como parte negativa de sua reprodução ampliada, o mesmo vale para a produção capitalista do espaço urbano, que a construção só pode ser entendida a partir de seu excesso complementar, a destruição.

De Haussmann à Moses, a questão do urbanismo destrutivo se desdobra em milhares de outros exemplos: As primeiras legislações de planificação e obras urbanas realizadas na Prússia sob o comando de Bismark; as obras do *New Deal* de Roosevelt para lidar com o grande *Crash* de 1929; a revitalização dos *waterfronts* seja em Baltimore ou Lisboa, em Puerto Madero de Buenos Aires ou a concepção e criação do Porto Maravilha de Rio de Janeiro, até o caso descrito para Belo Horizonte. Pois assim o exige a lógica da valorização: estender indefinidamente a fronteira autodestrutiva da predação no circuito de acumulação de capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progresso do capitalismo só pode ser entendido a partir de seu excesso obscuro que são as ruínas que se acumulam, escombros sobre escombros em ruínas que ascendem aos céus tal qual aquela que o anjo benjaminiano de olhos esbugalhados fita impotente. Eis a urbanização da barbárie, eis o urbanismo destrutivo em oposição negativa ao discurso civilizatório moderno em voga. A ordem e o progresso do capitalismo só pode ser realizado a partir da destruição.



Figura 3 - Casa na vila Arthur de Sá, durante processo de demolição pela PBH para a construção da via 710

Fonte: foto do autor, 2015

O artigo pretendeu demonstrar a existência de uma violência intrínseca à produção capitalista do espaço que se repete constantemente contra a classe trabalhadora, violência essa que é responsável por permitir sempre novas oportunidades para investimentos do capital ocioso em novas rodadas de acumulação. O capital em ato pressupõe o uso da estratégia de destruição criadora do espaço urbano, que não é apenas genética, mas é, necessariamente, estrutural ao funcionamento do capital, como sendo uma das respostas possíveis para o capital lidar, dentro de sua própria dinâmica, com o processo de desvalorização dos capitais fixos investidos em ambiente construído depois seu período de amortização e diante da pressão de capitais sobreacumulados. As remoções, os despejos e a violência para efetivá-los representam o momento inicial de um regime de acumulação.

Diante disso, procurei demonstrar a relação simbiótica que existe entre o capital e o Estado na aplicação desse corolário. Longe de serem instâncias conflitantes, até mesmo no regime neoliberal da contemporaneidade o Estado é chamado a cumprir papel fundamental na dinâmica de acumulação do capital⁶ e, em especial, aquela da acumulação por despossessão (HARVEY, 2006).

Mas vale deixar destacado que a ocorrência destes processos e a aplicação da despossessão violenta como regime de acumulação existe apenas a partir de uma determinada correlação de forças. Esses processos não podem ser interpretados de maneira abstrata, mas se realizam apenas no momento que esses interesses encontram um campo de forças propensos a sua execução. Ainda, a ação destes sujeitos está condicionada a uma certa dimensão da própria reprodução ampliada do capital que condiciona e estrutura o campo das relações sociais.

Por fim, cabe lembrar que o urbanismo destrutivo tal qual descrito aqui, como forma de produção capitalista do espaço urbano, implica sobretudo na produção de um determinado modo de vida, a partir da produção de determinadas relações espaciais derivadas desta forma de urbanismo.

REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, M. **A democracia contra o estado: Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BENEVOLO, L. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editora presença, 1981.
- BENOIT, H. Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*. **Revista Crítica Marxista**, n.03, p.09-44, 1996.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIZZOTTO, L. **#Resisteizidora. Controvérsias do movimento de resistência das ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2015.
- BORSAGLI, A. A via 710 e a vila em pedaços: resquício higienista de um século entranhado em Belo Horizonte. **Currál de Rey**. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2016/04/via-710-vila-em-pedacos-resquicio.html>> Acesso em: 15/05/2016
- BOTELHO, M. Teoria da Crise em David Harvey. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 3, n.4, p.66-111, 2014.

⁶ Sobre isso verificar Abensour (1998) e Pogrebinski (2009). Foucault (2008) também apresenta conclusões semelhantes indo por outros caminhos.

- CANETTIERI, T. A metropolização da pobreza de São Paulo: dinâmica imobiliária, violência e a organização socioespacial da metrópole. **Revista Geografares**, v. 21, p. 61-78, 2016.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRESPLAN, J. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2006.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, D. **Rebel cities: from right to the city to urban revolution**. London: Verso books, 2012.
- HOLGERSEN, S. Economic crisis, Creative Destruction and the current Urban Condition. **Antipode**, v.47, n.3, 2014, p.689-707.
- JACOBS, J. **Vida e morte das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOWARICK, L. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- LUXEMBURGO, R. **Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.17, n.48, p.151-168, 2003
- MARTINS, S. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARTINS, S. Poder, política, urbana e a caixa de Pandora. **Cidades** (Presidente Prudente), v.7, p.79-120, 2009
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital**, livro 1. São Paulo: Boitempo. 2013.
- MARX, K. **O capital**, livro 2. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **O capital**, livro 3. São Paulo: Editora Abril, 1988.
- O TEMPO. Via 710 fica R\$50 mi mais cara. **Jornal O Tempo**. 12/03/2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/via-710-fica-r-50-mi-mais-cara-1.1256224>> Acesso em: 14/05/2016.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, mar, 2006.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RENA, N. Neves-Lacerda declara guerra à Multidão. **Uninomade — Rede Universidade Nômade**. 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/neveslacerda-declara-guerra-a-multidao/> Acesso em: 14/05/2016

Trabalho enviado em 04/10/2016

Trabalho aceito em 17/01/2017